



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

162
PROPOSTA Nº 162/2019

Aprovar submeter à autorização da Assembleia Municipal a repartição de encargos, bem como a abertura do procedimento, pela Câmara Municipal de Lisboa, por concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para a aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa, nos termos da proposta.

Pelouro: Educação - Manuel Grilo

Serviço: Departamento de Educação

Considerando que:

É competência da Câmara Municipal de Lisboa assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, nos termos da alínea gg) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Ao longo dos últimos anos letivos, a Câmara Municipal de Lisboa garantiu este transporte através da oferta escolar “Alfacinhas”, cujo principal objetivo é o transporte pendular diário, rentabilizado com a disponibilização dos meios contratados para o desenvolvimento do Programa de Natação Curricular e do Passaporte Escolar e Pré-escolar;

Nos últimos três anos letivos (2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019) este transporte tem sido realizado no âmbito do contrato objeto do Processo n.º 16/CPI/DA/CCM/2016, que atingirá o seu termo no final do corrente ano letivo.

O Município de Lisboa não dispõe de meios próprios indispensáveis à disponibilização deste serviço;

A aquisição destes meios próprios implicaria um encargo superior para o Município de Lisboa ao da aquisição do serviço de transporte escolar;

Se pretende dar continuidade ao atual serviço de transporte escolar “Alfacinhas”, como forma de garantir o direito à Educação, havendo que se proceder à respetiva contratação para os anos letivos 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022;

Este novo procedimento, tem em atenção, entre outras, preocupações ambientais e sociais, tendo sido previsto o incentivo à disponibilização, mais atempada contratualmente, de um número maior de autocarros afetos ao transporte regular que cumpram, no mínimo, a classe de emissões conforme à norma Euro V e a uma maior percentagem de motoristas e vigilantes com contrato de trabalho, afetos a esta prestação de serviços;

Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 71º do CCP, “*A entidade adjudicante deve fundamentar a necessidade de fixação do preço ou do custo anormalmente baixo, bem como os critérios que*



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

presidiram a essa fixação, designadamente os preços médios obtidos na consulta preliminar ao mercado, se tiver existido”;

Neste seguimento e no âmbito do novo procedimento, é estipulado, na cláusula 3ª do respetivo caderno de encargos, como preço anormalmente baixo, o apresentado pelos concorrentes, na componente do preço de utilização por autocarro por dia, no serviço regular, inferior a 172,38 €, atualmente praticado no âmbito do Processo n.º 16/CPI/DA/CCM/2016, pelo facto de o Município de Lisboa considerar que a fixação deste limite reduz o risco associado à adjudicação de propostas com valores que possam vir a comprometer o normal funcionamento do fornecimento prestado, em resultado da aceitação de propostas cujo valor se afigura incompatível com uma adequada execução do contrato, por parte da entidade adjudicatária, designadamente, na disponibilização do número de autocarros para prestação do serviço, no que se refere à experiência e capacidade dos meios humanos envolvidos na concretização da prestação a realizar e do cumprimento dos prazos a que se vinculou;

Ainda, esta mesma fixação de preço ou custo anormalmente baixo previne a adoção de práticas anticoncorrenciais, como a apresentação de preços abaixo do custo da prestação do serviço de transporte escolar;

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 47º do CCP “*A fixação do preço base deve ser fundamentada com base em critérios objetivos, tais como os preços atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º -A, ou os custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo*”;

Neste seguimento e no âmbito do novo procedimento, a fixação dos preços base constantes na cláusula 3ª do respetivo caderno de encargos, ou seja, 188,00 € para a componente “*utilização por autocarro por dia, no serviço regular*” e 268,00 € para a componente “*utilização por autocarro, por dia no serviço ocasional*”, teve em conta os custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos, ou seja, o preço de 188,00 € foi obtido, partindo do preço em vigor, adicionando o preço medio gasto em quilómetros adicionais, uma vez que este fator de preço deixa de existir no novo caderno de encargos, passando a estar incluído no preço diário por autocarro, e adicionando também uma maior utilização de vigilantes, que passam a estar presentes nos dois tipos de serviços de transporte, para complementar os recursos humanos das escolas, e o preço de 268,00 € foi obtido pela maior lotação dos autocarros e pela experiência em aquisições de serviços anteriores;

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 46º-A do CCP “*Na formação de contratos públicos de aquisição ou locação de bens, ou aquisição de serviços, de valor superior a € 135 000, (...) a decisão de não contratação por lotes deve ser fundamentada, constituindo fundamento (...) quando, por motivos de urgência ou por imperativos técnicos ou funcionais, a gestão de um único contrato se revele mais eficiente para a entidade adjudicante.*”;

Neste tipo de serviço, se demonstra tecnicamente impraticável a separação dos serviços por lotes, adotando um para a componente “*utilização por autocarro por dia, no serviço regular*” e outro para a componente “*utilização por autocarro, por dia no serviço ocasional*” por se tratar de serviços idênticos (disponibilização de autocarros) e por outro lado, por ser um serviço que implica uma gestão una e global;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Nos termos do artigo 18º do programa do novo procedimento, *“A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o contraente público, determinada na modalidade da avaliação da melhor relação qualidade-preço, dos quais 50% para a qualidade do serviço e 50% para o preço, tendo em conta os seguintes subfactores: natureza do vínculo laboral, classe de emissões dos 26 autocarros afetos ao transporte regular e preço de utilização por autocarro, por dia e no serviço regular”*;

Ainda, e tendo em conta o disposto na alínea d) do nº 2 do artigo 75º do CCP que prevê que um dos fatores que densificam o critério de adjudicação pode ser relativo à sustentabilidade ambiental ou social do modo de execução do contrato, foi dado incentivo à disponibilização, mais atempada contratualmente, de um número maior de autocarros afetos ao transporte regular que cumpram, no mínimo, a classe de emissões conforme à norma Euro V e a uma maior percentagem de motoristas e vigilantes com contrato de trabalho, afetos a esta prestação de serviços;

Os limites previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 63º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2019 *“Os valores dos gastos com contratos de aquisição de serviços, celebrados nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, nas autarquias locais, entidades intermunicipais e empresas locais, que em 2019 venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto de contrato vigente em 2018, não podem ultrapassar os valores dos gastos de 2018, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente (...)”*;

Em situações prévia e devidamente fundamentadas pelos serviços competentes, o órgão da autarquia local, entidade intermunicipal ou empresa local com competência para contratar, em função do valor do contrato, pode autorizar a dispensa do disposto no nº 1 do artigo 63º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2019, nos termos previstos no artigo 18.º do Decreto -Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril;

Atendendo ao facto de estarmos perante um novo contrato com preços base superiores aos preços atualmente praticados, prevê-se que os valores estimados com os gastos com a presente contratação ultrapassem os limites financeiros mencionados no nº 1 do artigo 63º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2019;

A despesa no valor total estimado de 2.577.072,00 €, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, constitui um encargo para os anos económicos de 2019, 2020, 2021 e 2022, repartido da seguinte forma:

Ano civil	S/ IVA	C/ IVA
2019	278.616,00 €	295.332,96 €
2020	859.024,00 €	910.565,44 €
2021	859.024,00 €	910.565,44 €
2022	580.408,00 €	615.232,48 €



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Para cálculo do valor estimado do contrato foram contabilizados 188,00 € pela utilização por autocarro por dia, no serviço regular (até 26 autocarros), e 268,00 € pela utilização por autocarro, no serviço ocasional (até 50 autocarros por ano letivo), numa média de 173 dias por ano letivo.

O caso em presença não está abrangido pela autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal aprovada pela Assembleia Municipal, através da Deliberação n.º 548/AML/2018, de 20 de dezembro;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

a) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais no valor total de 2.577.072,00 €, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, referente ao concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para a aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa, nos termos da alínea dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, nos seguintes termos:

Ano civil	S/ IVA	C/ IVA
2019	278.616,00 €	295.332,96 €
2020	859.024,00 €	910.565,44 €
2021	859.024,00 €	910.565,44 €
2022	580.408,00 €	615.232,48 €

E, sob condição de aprovação da Assembleia Municipal do referido na alínea anterior:

b) Autorizar a dispensa do disposto no n.º 1 do artigo 63º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2019, nos termos previstos no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, pelos fundamentos acima mencionados;

c) Autorizar a decisão de contratar para a abertura de um procedimento por concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para a aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36º e no artigo 38º, conjugados com a alínea e) do n.º 1 do artigo 16º e com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20º, do Código dos Contratos Públicos;

d) A realização da despesa com a presente aquisição, que não excederá o valor global estimado de 2.577.072,00 €, acrescido de IVA à taxa legal de 6%, que constitui um encargo para os anos



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

económicos de 2019, 2020, 2021 e 2022 que deverá ser considerada na orgânica 23.00, rubrica 02.02.10 da ação do plano B2.P002.01;

e) A aprovação do caderno de encargos, do programa do procedimento e da minuta do anúncio, em anexo, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 e 2 do artigo 40º do CCP;

f) Designar o júri que conduzirá o procedimento, nos termos do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, com a seguinte constituição:

Presidente: Dr. Gonçalo Barata (DE/DASE)

1º Vogal efetivo: Dra. Ana Oliveira (DMF/DA/DCP)

2º Vogal efetivo: Dra. Lúcia Inácio (DE/DASE)

1º Vogal suplente: Dra. Ana Domingues (DMF/DA/DCP)

2º Vogal suplente: Dra. Ana Pereira (DMF/DA/DCP)

3º Vogal suplente: Dra. Custódia Magalhães (DMF/DA/DCP)

g) Aprovar que, nas suas faltas ou impedimentos, a Presidente do Júri seja substituída pelo 1.º Vogal Efetivo;

h) A delegação no Júri do procedimento, de todas as competências legalmente atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, com exceção das competências para a retificação das peças do procedimento, a decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados, a decisão de qualificação dos candidatos ou a decisão de adjudicação, nos termos do disposto n.º 2 do artigo 69º do CCP;


i) A designação do técnico superior Gonçalo Barata da Divisão de Apoio Socioeducativo do Departamento de Educação, como gestor do contrato, que terá como função, acompanhar permanentemente a execução do contrato, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290-Aº do CCP;

j) Como aprovadores do presente procedimento, na Plataforma eletrónica AcinGov, o Dr. Paulo Agostinho, o Dr. Paulo Silvestre e a Dra. Brígida Carvalho;

k) A redução dos valores dos compromissos, atuais e futuros, por decisão do Senhor Vereador do Pelouro da Educação, no âmbito do presente procedimento.

Lisboa, 3 de Abril de 2019.

O Vereador


Manuel Grilo



DAGM
Prep. n.º 164/2019
Fis. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Concurso Público

com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

n.º 07/CPI/DA/DCP/2019

**“AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO
ENSINO BÁSICO E AS CRIANÇAS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE
PÚBLICA DA CIDADE DE LISBOA ”**



Índice

Artigo 1.º Objeto do procedimento	3
Artigo 2.º Entidade adjudicante	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento	4
Artigo 5.º Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento	4
Artigo 6.º Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas	5
Artigo 7.º Concorrentes	5
Artigo 8.º Agrupamentos	6
Artigo 9.º Proposta e documentos	6
Artigo 10.º Propostas variantes	7
Artigo 11.º Modo de apresentação de propostas	7
Artigo 12.º Prazo para apresentação de propostas	8
Artigo 13.º Abertura de propostas	8
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas	8
Artigo 15.º Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas	9
Artigo 16.º Esclarecimentos e suprimentos das propostas	9
Artigo 17.º Critério de adjudicação	9
Artigo 18.º Preço anormalmente baixo	12
Artigo 19.º Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final	12
Artigo 20.º Adjudicação	12
Artigo 21.º Documentos de habilitação e modo de apresentação	13
Artigo 22.º Caução	14
Artigo 23.º Minuta e outorga do contrato	14
Artigo 24.º Despesas e encargos	15
Artigo 25.º Impugnações administrativas	15
Artigo 26.º Prevalência	15
Artigo 27.º Possibilidade de adoção de ajuste direto	15
Artigo 28.º Legislação aplicável	15
ANEXO I Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP/ESPD)	16
ANEXO II MINUTA DE PROPOSTA	17
ANEXO III DECLARAÇÃO	19
ANEXO IV MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA	20



PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º

Objeto do procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa, cujas especificidades e características técnicas se encontram melhor definidas no caderno de encargos.
2. Este procedimento reveste a forma de concurso público, nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), na sua versão alterada e republicada pelo decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31/08 e, ainda, pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15/05, sujeito a publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, de acordo com o Regulamento Delegado UE 2017/2365 da Comissão Europeia, de 18 de dezembro de 2017) com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços, previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do CCP.
3. O serviço objeto do presente concurso classifica-se pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV) 60130000-8, correspondente à descrição de "Serviços de transporte rodoviário de passageiros com finalidade específica", indicados no Anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, através do Departamento de Educação, sito no Campo Grande, n.º 25, 8.º, Bloco E, 1749-099 Lisboa, freguesia de, com o endereço de correio eletrónico de@cm-lisboa.pt, (telefone 218 171 805), sendo o concurso realizado através da Direção Municipal de Finanças, Departamento de Aprovisionamentos, Divisão de Contratação Pública, sita no Campo Grande, n.º 25 – 9.º Piso - Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço eletrónico dmf.da.dcp@cm-lisboa.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa datada de ... de ... de 201..., exarada na Proposta n.º .../201..., de acordo com as competências próprias conferidas pelas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12/09, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do decreto-lei n.º 197/99, de 8/06, tendo a assunção do compromisso plurianual, com repartição de encargos, sido aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa, na reunião datada de ... de ... de 201..., nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21/02, com as sucessivas alterações.



Artigo 4.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. O presente procedimento é tramitado, integralmente, na plataforma eletrónica “*acinGov*”, utilizada pela entidade pública adjudicante, com o endereço <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
2. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17/08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma “*acinGov*” apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.
3. O programa do procedimento e o caderno de encargos podem ser consultados na plataforma eletrónica “*acinGov*” mencionada neste artigo.
4. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e *download*, na plataforma eletrónica “*acinGov*”, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
5. Os interessados deverão aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão.
6. Após o preenchimento do formulário de adesão, os interessados deverão remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica “*acinGov*”. A validação dos documentos é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
7. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário são esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707 451 451.
8. Os interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuarem o registo na plataforma eletrónica “*acinGov*”.
9. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

Artigo 5.º

Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento

1. No primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;



- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
3. Até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas:
- a) O Júri nomeado para efeitos do presente concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo seguinte.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo anterior sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo anterior, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. Para além das situações indicadas nos números anteriores, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.
4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente.

Artigo 7.º

Concorrentes

1. No presente procedimento são concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.



2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 8.º **Agrupamentos**

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do presente artigo, podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28/07.

Artigo 9.º **Proposta e documentos**

1. A proposta, declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, deve ser constituída pelos seguintes documentos:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP/ESPD) - Anexo I- disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt> devendo ser preenchido de acordo com as informações aí constantes a saber:

- I. “Sou um operador económico”;
- II. “Importar um DEUCP”;
- III. “Carregar documento” – Selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt> ;
- IV. Selecionar o país do concorrente;
- V. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;

No final, guardar o ficheiro e imprimir em formato PDF para apresentação com a proposta;

b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta:

- I. Proposta contratual elaborada de acordo com o modelo em Anexo II (Minuta da Proposta), que deverá ser integralmente preenchido;

2. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável; em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.

3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.



4. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
5. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, os documentos do n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.
6. No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 deve ser preenchida autonomamente por cada uma das entidades que integram o agrupamento.
7. Os documentos da proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
8. São excluídas as propostas que não apresentem todos os documentos elencados no presente artigo, ou que não os apresentem em respeito pelas regras definidas.

Artigo 10.º **Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

Artigo 11.º **Modo de apresentação de propostas**

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrónica “acinGov” até ao termo do prazo fixado na plataforma eletrónica “acinGov”.
2. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica “acinGov”, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17/08.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato zip ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos das disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17/08, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.



7. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o candidato pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do site onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos site e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.

8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública "acinGov" pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

Artigo 12.º

Prazo para apresentação de propostas

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados, diretamente pelo concorrente ou seu representante através da plataforma eletrónica "acinGov", até às 23:59h do dia indicado na referida Plataforma.
2. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.

Artigo 13.º

Abertura de propostas

1. O júri, às 10 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica "acinGov".
2. Mediante a atribuição de um *login* e de uma senha (*password*) aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 14.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.



Artigo 15.º

Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas

No presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação das propostas.

Artigo 16.º

Esclarecimentos e suprimientos das propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes os esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri pode solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta ou candidatura e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri pode proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do júri indicados neste artigo e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica "acinGov", devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 17.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o contraente público, determinada na modalidade da avaliação da melhor relação qualidade-preço, dos quais 50% para a qualidade do serviço e 50% para o preço, tendo em conta o seguinte modelo de avaliação:

1.1 Fator Qualidade do serviço - 50%:

a) Subfator NVL = Natureza do Vínculo Laboral (previsto no n.º 9 da cláusula 6ª do CE): 25%

Para apreciação deste subfator, a pontuação de cada proposta será calculada de 20 (vinte) a 100 (cem) pontos, sendo atribuído 20 (vinte) pontos à proposta de onde conste que a percentagem dos motoristas e vigilantes com contrato de trabalho será igual a 20 % da totalidade dos motoristas e vigilantes afetos a esta prestação de serviços e 100 (cem) pontos à proposta que apresente uma percentagem superior a 95 %, correspondendo, subsequentemente, a:

PNVL - Pontuação do subfator NVL (Natureza do Vínculo Laboral) que será obtida de acordo com a seguinte grelha:



Percentagem de Contratos de Trabalho	PNVL - Pontuação do subfator NVL
20% de Contratos de Trabalho.	20
> 20 % e ≤ 25 % de Contratos de Trabalho	25
> 25 % e ≤ 30 % de Contratos de Trabalho	30
> 30 % e ≤ 35 % de Contratos de Trabalho	35
> 35 % e ≤ 40 % de Contratos de Trabalho	40
> 40 % e ≤ 45 % de Contratos de Trabalho	45
> 45 % e ≤ 50 % de Contratos de Trabalho	50
> 50 % e ≤ 55 % de Contratos de Trabalho	55
> 55 % e ≤ 60 % de Contratos de Trabalho	60
> 60 % e ≤ 65 % de Contratos de Trabalho	65
> 65 % e ≤ 70 % de Contratos de Trabalho	70
> 70 % e ≤ 75 % de Contratos de Trabalho	75
> 75 % e ≤ 80 % de Contratos de Trabalho	80
> 80 % e ≤ 85 % de Contratos de Trabalho	85
> 85 % e ≤ 90 % de Contratos de Trabalho	90
> 90 % e ≤ 95 % de Contratos de Trabalho	95
> 95 % de Contratos de Trabalho	100

- b) **Subfator CdE = Classe de Emissões dos 26 autocarros afetos ao transporte regular** (previsto no número 2 da cláusula 6ª do CE): **25%**

Para apreciação deste subfator, a pontuação de cada proposta será calculada de 20 (vinte) a 100 (cem) pontos, sendo atribuído 20 (vinte) pontos à proposta de onde conste que apenas no dia 27.04.2020 todos os 26 autocarros afetos ao transporte regular passarão a cumprir, no mínimo, a classe de emissões conforme à norma Euro V e 100 (cem) pontos à proposta de onde conste que todos os 26 autocarros afetos ao transporte regular passarão a cumprir, no mínimo, a classe de emissões conforme à norma Euro V no dia 06.01.2020 e correspondendo, subsequentemente, a:

PCdE - Pontuação do subfator CdE (Classe de Emissões) que será obtida de acordo com a seguinte grelha:

Data em que os 26 autocarros afetos ao transporte regular assarão a cumprir, no mínimo, a classe de emissões conforme à norma Euro V	PCdE - Pontuação do subfator CdE
27.04.2020	20
20.04.2020	25
13.04.2020	30
06.04.2020	35
30.03.2020	40
23.03.2020	45
16.03.2020	50
09.03.2020	55
02.03.2020	60
24.02.2020	65



17.02.2020	70
10.02.2020	75
03.02.2020	80
27.01.2020	85
20.01.2020	90
13.01.2020	95
06.01.2020	100

1.2 Fator Preço - 50%:

Fator preço de utilização por autocarro, por dia e no serviço regular (previsto na alínea a) do n.º 1 da cláusula 3.ª do CE).

Para apreciação deste fator, a pontuação de cada proposta será calculada numa escala de 1 (um) a 100 (cem) pontos, sendo atribuído um ponto à proposta que tiver valor igual ao preço base de utilização por autocarro por dia, no serviço regular. As restantes propostas serão pontuadas com a normalização do preço respetivo apresentado àquele preço, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PFP = 1 + \left[\frac{PBAR - PAAR}{PBAR} \right] \times 99$$

PFP = Pontuação do Fator Preço

PBAR = Preço Base Autocarro Regular

PAAR = Preço Apresentado Autocarro Regular

2. Considera-se como proposta economicamente mais vantajosa a que corresponder maior valor de classificação final.

3. A classificação final (CF) de cada proposta resulta da aplicação dos respetivos coeficientes de ponderação a cada um dos fatores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (PNVL \times 0,25) + (PCdE \times 0,25) + (PFP \times 0,50)$$

4. Para efeito de todos os cálculos necessários ao apuramento da classificação final, os números serão truncados na segunda casa decimal, ou seja, a terceira casa e seguintes serão ignoradas.

5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas aplicar-se-ão, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- a) A pontuação mais elevada subfator NVL - Natureza do Vínculo Laboral;
- b) O menor preço apresentado para o preço de utilização por autocarro, por dia, no serviço ocasional, previsto na alínea b) do número 1 da cláusula 3.ª do CE;
- c) A pontuação mais elevada no subfator CdE - Classe de Emissões dos 26 autocarros afetos ao transporte regular; e
- d) A pontuação mais elevada no Fator Preço de utilização por autocarro por dia, no serviço regular.

6. Persistindo o empate, a adjudicação será efetuada à proposta que for selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes mediante notificação através da plataforma eletrónica.



Artigo 18.º

Preço anormalmente baixo

1. Considera-se, para efeitos do presente procedimento, preço anormalmente baixo, o preço de utilização por autocarro por dia, no serviço regular, inferior a 172,38 €.
2. Nenhuma proposta será excluída com fundamento em preço anormalmente baixo, sem antes ter sido solicitado aos respetivos concorrentes, por escrito, que em prazo adequado, prestem esclarecimentos justificativos relativos aos elementos construtivos das propostas considerados relevantes para esse efeito, nos termos do n.º 4 do artigo 71.º do CCP.

Artigo 19.º

Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente programa de procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente programa de procedimento ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º, todos do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica "acinGov", para se pronunciarem no prazo de cinco dias úteis.
5. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do presente artigo.
6. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
7. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 20.º

Adjudicação

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas.



3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo seguinte e para, no mesmo prazo, prestar caução, se devida, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor.
4. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este seja reduzido a escrito.

Artigo 21.º

Documentos de habilitação e modo de apresentação

1. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica “acinGov”, no prazo de dez dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.
2. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP deve ser emitida conforme modelo constante do Anexo III (Declaração) ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante.
3. Além dos documentos referidos no n.º 1 e 2, o adjudicatário deverá entregar ainda os seguintes documentos:
 - a) Fotocópia dos alvarás (atualizados) que o habilite ao exercício das atividades que se propõe executar, nos termos da Lei n.º 13/2006, de 17/04, do Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10/01, e da Portaria n.º 1350/2006, de 27 /11, nas suas redações atuais, e demais legislação aplicável;
 - b) Declaração de honra em como o concorrente dispõe, nos seus quadros, de motoristas próprios devidamente habilitados para o transporte de crianças em número não inferior a metade mais um do número máximo de autocarros a mobilizar neste contrato, e de uma frota de autocarros não inferior a 14;
 - c) Declaração de honra em como os motoristas e os vigilantes afetos aos serviços respeitam os requisitos previstos nos artigos 6.º, 7.º e 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17/04, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
6. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
7. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.



8. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
9. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
10. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 10 (dez) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
11. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica "acinGov".

Artigo 22.º

Caução

1. A caução, fixada no valor de 5 % do preço contratual, é destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com essa celebração e deve ser prestada por qualquer dos meios admitidos no CCP.
2. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.
3. Quando a caução for prestada mediante garantia bancária, seguro-caução ou depósito em dinheiro, deverão ser adotados os termos dos modelos constantes do Anexo IV (Modelo de Garantia Bancária), do Anexo V (Modelo de Seguro Caução) e do Anexo VI (Modelo de Guia de Depósito) deste programa de procedimento e que dele fazem parte integrante.

Artigo 23.º

Minuta e outorga do contrato

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 102.º do CCP, nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
3. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.



Artigo 24.º
Despesas e encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução e emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 25.º
Impugnações administrativas

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos públicos – decisões administrativas ou peças de procedimento - devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica “acinGov”.

Artigo 26.º
Prevalência

As normas do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

Artigo 27.º
Possibilidade de adoção de ajuste direto

O Município de Lisboa pode recorrer ao ajuste direto para contratação de serviços similares, desde que os mesmos estejam em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

Artigo 28.º
Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual e demais legislação aplicável.



ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP/ESPD)

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

Ficheiro eletrónico pré-preenchido disponibilizado na plataforma eletrónica.



ANEXO II
MINUTA DE PROPOSTA

..... (indicar: nome, estado, profissão e morada ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento por concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para “**Aquisição de serviços de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa**”, a que se refere o anúncio publicado no, datado de de de 2019, obriga-se a executar a referida prestação de serviços, de harmonia com o Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, nas seguintes condições de preço:

- Preço de utilização por autocarro por dia, no serviço regular: ____ €.
- Preço de utilização por autocarro, por dia no serviço ocasional: ____ €.
- Percentagem dos motoristas e vigilantes com contrato de trabalho: __%
- Classe de emissões conforme a norma Euro V dos 26 autocarros afetos ao transporte regular:

Data em que os 26 autocarros afetos ao transporte regular passarão a cumprir, no mínimo, a classe de emissões conforme à norma Euro V	Nº de autocarros
27.04.2020	
20.04.2020	
13.04.2020	
06.04.2020	
30.03.2020	
23.03.2020	
16.03.2020	
09.03.2020	
02.03.2020	
24.02.2020	
17.02.2020	
10.02.2020	
03.02.2020	
27.01.2020	
20.01.2020	
13.01.2020	
06.01.2020	

Às quantias supra indicadas acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro-especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor, e aceita como competente para dirimir qualquer



conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro da comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data

Assinatura

Observações: Deve ser redigida em português, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, assinada pelo proponente ou seu representante.



ANEXO III DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as indicações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



ANEXO IV MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de €.....(.....euros), presta a favor da Câmara Municipal de Lisboa (CML), garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €..... (.....euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento “.....”, regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

O presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, dede 20....

Observações:

- 1 Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.
- 2 Pagamento do Imposto de Selo nos termos da Tabela Geral do Imposto.



ANEXO V MODELO DE SEGURO - CAUÇÃO

A Companhia de Seguros....., com sede em....., pessoa coletiva n.º....., matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de..... (...euros), presta a favor da Câmara municipal de Lisboa (CML), seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de..... (...euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a....., assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento “.....”, regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, de de 20....

Observações:

- 1 Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.
- 2 Pagamento do Imposto de Selo nos termos da Tabela Geral do Imposto.



ANEXO VI
MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO

Euros..... €

Vai(*nome do adjudicatário*), residente (ou com escritório) em na depositar na(sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso) (em dinheiro ou representada por) como depósito-caução exigido pela sua qualidade de adjudicatário do Concurso Público com publicidade internacional N.º .../.../... para o ".....", de harmonia com o disposto no Programa de Procedimento e a notificação da adjudicação, ofício n.º datado dede de 20....

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinatura



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

CADERNO DE ENCARGOS

Concurso Público n.º 07/CPI/DA/DCP/2019

com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

**“AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO
ENSINO BÁSICO E AS CRIANÇAS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE
PÚBLICA DA CIDADE DE LISBOA ”**



ÍNDICE

Cláusula 1.ª - Objeto	3
Cláusula 2.ª – Serviços a executar	3
Cláusula 3.ª – Preços unitários base e preço anormalmente baixo	4
Cláusula 4.ª – Contrato	4
Cláusula 5.ª - Relação Contratual	5
Cláusula 6.ª – Modo de prestação do serviço	5
Cláusula 7.ª – Vigilância e Acompanhamento dos alunos	7
Cláusula 8.ª – Prazo de execução	8
Cláusula 9.ª – Condições de pagamento	8
Cláusula 10.ª – Sigilo e Proteção de dados	9
Cláusula 11.ª – Subcontratação e Cessão da posição contratual	10
Cláusula 12.ª - Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante	10
Cláusula 13.ª – Sanções contratuais	11
Cláusula 14.ª – Casos fortuitos ou de força maior	12
Cláusula 15.ª – Cessação por parte do contraente público	13
Cláusula 16.ª - Cessação por parte do cocontratante	14
Cláusula 17.ª – Revisão de preços	14
Cláusula 18.ª – Execução, reforço e liberação da caução	15
Cláusula 19.ª – Seguros	15
Cláusula 20.ª – Comunicações e Notificações	15
Cláusula 21.ª - Contagem dos prazos	16
Cláusula 22.ª – Gestor do contrato	16
Cláusula 23.ª – Foro competente	16
Cláusula 24.ª – Legislação aplicável	16
ANEXO I – Decoração dos Veículos	17
ANEXO II - Auto de Medição Mensal	18



CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa, a ser executado no Concelho de Lisboa e, pontualmente, nos concelhos limítrofes.

Cláusula 2.ª – Serviços a executar

1. O serviço objeto do presente procedimento inclui os seguintes tipos de transporte regular:
 - a) Pendular casa-escola (duas vezes por dia, uma em ida dos locais da paragem para a escola e outra em regresso);
 - b) Transporte no âmbito do Programa da Natação Curricular;
 - c) Transporte no âmbito do Passaporte Escolar/Pré-escolar e de outras atividades.
2. Para além dos tipos de transporte regular mencionados no número anterior, o serviço objeto do presente procedimento inclui, ainda, o transporte ocasional destinado a outras atividades e/ou projetos do Departamento de Educação.
3. O número e a capacidade das viaturas que compõem a frota a afetar ao serviço objeto do presente procedimento deverão ser os seguintes:
 - a) No serviço de transporte regular o número de autocarros pode ir até 26, com capacidade entre 27 e 33 lugares homologados para crianças dos 3 ao 12 anos, para além de 2 lugares para adultos e do lugar do condutor;
 - b) No serviço de transporte ocasional o número de autocarros pode ir até 50 no total do ano letivo, com capacidade de, pelo menos, 47 lugares homologados para crianças dos 3 aos 12 anos, para além de 2 lugares para adultos e do lugar do condutor.
4. Os períodos de utilização e horários dos autocarros que compõem a frota a afetar ao serviço objeto do presente procedimento obedecem aos seguintes requisitos:
 - a) Os percursos pendulares casa-escola realizar-se-ão nos períodos compreendidos entre as 8:00 e as 9:00 e entre as 17:30 e as 19:00;
 - b) O transporte no âmbito do Programa da Natação Curricular, do Passaporte Escolar/Pré-escolar e de outras atividades do Departamento de Educação, realizar-se-á no período compreendido entre as 9:00 e as 16:45;



- c) O transporte ocasional realizar-se-á, preferencialmente no período compreendido entre as 9:00 e as 18:00.
- 5. No serviço de transporte pendular casa-escola, bem como nas deslocações do Programa de Natação Curricular, é obrigatória a presença de vigilante/s adulto/s a bordo, a assegurar pelo cocontratante, em função da capacidade de cada autocarro.
- 6. No serviço de transporte no âmbito do Passaporte Escolar/Pré-escolar e de outras atividades do Departamento de Educação, bem como no transporte ocasional, não é exigível vigilante.

Cláusula 3.ª – Preços unitários base e preço anormalmente baixo

- 1. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 47º do Código dos Contratos Públicos, os preços unitários máximos que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do presente procedimento são os seguintes:
 - a) O preço máximo de utilização por autocarro por dia, no serviço regular é de 188,00 €;
 - b) O preço máximo de utilização por autocarro, por dia no serviço ocasional é de 268,00 €.
- 2. Os preços a pagar corresponderão ao serviço efetivamente prestado de acordo com o respetivo tipo de transporte (regular/ocasional) e os preços unitários por autocarro/dia.
- 3. Os preços referidos no número anterior deverão incluir os encargos referentes aos motoristas e vigilantes, e demais encargos inerentes à prestação do serviço, designadamente combustível, seguros e manutenção da frota.
- 4. Considera-se, conforme estabelecido no artigo 18.º do PP, para efeitos do presente procedimento, preço anormalmente baixo, o preço de utilização por autocarro por dia, no serviço regular, inferior a 172,38 €.

Cláusula 4.ª – Contrato

- 1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.



3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), na sua versão alterada e republicada pelo decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e, ainda, pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

Cláusula 5.ª - Relação Contratual

1. A relação contratual decorrente do ato de adjudicação e do contrato é constituída pelas seguintes entidades:
 - a) O contraente público: Município de Lisboa;
 - b) O cocontratante: a quem é adjudicada e contratada a aquisição de serviços.
2. Sempre que se faça referência a decisões ou procedimentos da Entidade Adjudicante, entender-se-á que estas são tomadas pelos dirigentes desta com competência para o efeito.

Cláusula 6.ª – Modo de prestação do serviço

1. O serviço objeto do presente procedimento tem de ser executado em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor.
2. Os autocarros a utilizar na prestação do serviço objeto do presente procedimento terão obrigatoriamente as seguintes características:
 - a) No transporte regular: Classe de emissões, no mínimo, segundo a norma Euro V (2009) da União Europeia (Regulamento (CE) n.º 715/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Junho de 2007). O cocontratante deverá ter afeto ao serviço de transporte regular, desde o seu 1.º dia de execução, um mínimo de 5 (cinco) autocarros e, pelo menos, do dia 27 de abril de 2020 até ao seu termo o cocontratante deverá ter os 26 (vinte seis) autocarros com a norma Euro V, ou mais recente, nos termos da proposta apresentada;
 - b) No transporte regular e ocasional: Cintos de segurança com três pontos de fixação e sistemas de retenção (vulgo cadeiras) ajustados ao transporte de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 12 anos e menos de 150 cm de altura, devidamente homologados. Os sistemas de retenção são obrigatoriamente em número igual ao das crianças a transportar;



- c) Decoração com painéis amovíveis identificadores do serviço, de acordo com o Anexo I – Decoração dos autocarros do Caderno de Encargos, cujos custos são suportados na íntegra pelo cocontratante.
3. O cocontratante deve assegurar a estabilidade da equipa de motoristas e vigilantes no âmbito da realização dos serviços de transporte regular, casa-escola e natação curricular.
4. O serviço de transporte pendular casa-escola deve obedecer aos seguintes requisitos:
- a) Durante a vigência do contrato, os percursos e lista de alunos são definidos pela Câmara Municipal de Lisboa, sendo comunicados ao cocontratante 10 (dez) dias corridos antes do início do serviço de transporte;
 - b) Face a eventuais ajustes do conjunto de alunos a servir ou da rede viária da cidade, poderá haver lugar a alterações dos circuitos do serviço regular, as quais serão comunicadas ao cocontratante com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis;
 - c) Qualquer alteração pelo cocontratante aos percursos estabelecidos, tendo em vista uma maior eficiência do serviço, carece de prévia autorização do contraente público;
 - d) O cocontratante obriga-se a cumprir os horários de recolha dos alunos nas paragens e a entrega na escola entre as 8:15 e as 8:55, bem como a recolha nas escolas e a respetiva entrega nos locais de paragem entre as 17h30 e as 19h00.
5. No serviço de transporte para o Programa Natação Curricular, o número de autocarros, o local de origem e destino da deslocação, bem como os horários serão comunicados por escrito ao cocontratante com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, face ao início de cada bloco temporal do programa.
6. No serviço de transporte para o Passaporte Escolar/Pré-Escolar e outras iniciativas, o número de autocarros, o local de origem e destino da deslocação, bem como os horários serão comunicados por escrito ao cocontratante com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
7. O serviço de transporte ocasional, no âmbito de outras atividades e/ou projetos do Departamento de Educação da Câmara Municipal de Lisboa, durante cada ano letivo, obedece aos seguintes requisitos:
- a) Os locais de partida, chegada e os horários são definidos pela Câmara Municipal de Lisboa com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, sendo comunicados ao cocontratante, por escrito;
 - b) O serviço de transporte ocasional realiza-se em dias letivos, podendo, excecionalmente, realizar-se em dia não útil.
 - c) No mês de junho, em dia a definir, realizar-se-á uma atividade, para a qual serão requisitadas até 50% das 50 viaturas no total do ano letivo.
8. Nos serviços de transporte regular e ocasional, poderá haver necessidade de se realizar uma viagem adicional por autocarro, no período da manhã e no da tarde, entre o local de origem e o de destino.



9. O cocontratante deverá afetar ao serviço objeto do presente procedimento, desde o seu 1º dia de execução até ao seu termo, o mínimo de 20% de trabalhadores, motoristas e vigilantes, com contrato de trabalho, no termos da proposta apresentada.

Cláusula 7.ª – Vigilância e Acompanhamento dos alunos

1. A vigilância e o acompanhamento dos alunos nas entradas, saídas e no interior dos autocarros durante o percurso obedecem aos seguintes requisitos, para além dos estabelecidos na Lei n.º 13/2006, de 17 de abril:

a) Perfil do vigilante:

- i. Deter a escolaridade obrigatória;
- ii. Saber comunicar de forma clara, precisa e assertiva com a criança e com a respetiva família, bem como com o responsável da entidade que presta apoio local ao transporte Alfacinhas;
- iii. Ter as competências profissionais e pessoais necessárias para a interação e relacionamento com crianças;
- iv. Possuir conhecimentos das normas e procedimentos de segurança rodoviária;

b) Funções do vigilante:

- i. Acompanhar as crianças nas entradas e saídas dos autocarros, promovendo a sua segurança;
- ii. Colocar os cintos de segurança e os sistemas de retenção adequados a cada criança, antes do autocarro iniciar a marcha;
- iii. Vigiar as crianças dentro do autocarro, garantindo que permanecem sentadas e em segurança e que adotam um comportamento adequado;
- iv. Assegurar que as crianças mantêm as condições de higiene e conservação do espaço dentro do autocarro;
- v. Colaborar com o responsável da entidade de apoio local ao transporte Alfacinhas, informando de eventuais problemas ocorridos durante o percurso;
- vi. Registar diariamente por percurso, no transporte pendular casa-escola da manhã e da tarde, a presença ou falta de cada uma das crianças, em formulário próprio a fornecer no início de cada ano letivo;
- vii. No serviço de transporte pendular casa-escola da manhã, o vigilante deverá entregar as crianças no interior do recinto escolar ao responsável da entidade que presta apoio local ao transporte Alfacinhas;



- viii. No serviço de transporte pendular casa-escola da tarde, antes da partida de cada autocarro, o vigilante deverá reunir todas as crianças dentro do recinto escolar, em local a definir, utilizando a lista de presenças;
- ix. Entregar a(s) criança(s), na paragem/ponto de recolha, ao encarregado de educação ou a alguém autorizado por aquele;
- x. No serviço de transporte pendular casa-escola da tarde, quando o encarregado de educação ou outro adulto autorizado por aquele, não se encontrar na paragem de destino para receber as crianças, as mesmas deverão ser transportadas de regresso às respetivas escolas, acompanhadas pelo vigilante e entregues ao responsável da entidade que presta apoio local ao transporte Alfacinhas;
- xi. Caso não seja possível proceder à entrega da (s) criança (s) ao responsável da entidade que presta apoio local ao transporte Alfacinhas, na escola, deverá ser contactado de imediato um responsável do Departamento de Educação, cujo contacto será fornecido no início da execução do contrato.

Cláusula 8.ª – Prazo de execução

1. O serviço de transporte objeto do presente procedimento terá a duração de 03 anos letivos (2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022).
2. O contrato iniciará a sua vigência no dia de 02 setembro de 2019 ou na data da celebração se posterior, sem prejuízo do disposto no nº 5 da presente Cláusula.
3. Durante a vigência do contrato pode a entidade pública contratante reduzi-lo ou alterá-lo, sem direito a qualquer indemnização ou compensação, em função das suas necessidades, nomeadamente quanto ao número de autocarros a utilizar e aos percursos a realizar, desde que, para tanto, notifique o cocontratante com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos.
4. O contrato mantém-se em vigor durante o período a que diga respeito e até à conclusão dos serviços em conformidade com os termos e as condições estabelecidos no presente caderno de encargos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
5. Não é dada execução a qualquer aspeto do contrato nem efetuado qualquer pagamento ao Cocontratante antes de obtido o visto prévio ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação em vigor e sem que aquela pague os devidos emolumentos.

Cláusula 9.ª – Condições de pagamento

1. A cocontratante terá de apresentar ao contraente público o auto de medição mensal até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão do mês, com informação relativa ao tipo e número de autocarros utilizados por dia, a



elaborar de acordo com Anexo II – Auto de medição mensal, anexo ao presente Caderno de Encargos. O contraente público terá 5 (cinco) dias úteis para validar o auto de medição ou introduzir correções.

2. Caso o cocontratante discorde das correções introduzidas pelo contraente público, deverá comunicá-lo, através de correio eletrónico, para o endereço de.dase@cm-lisboa.pt no prazo de 3 (três) dias úteis após a receção do auto de medição corrigido, findo o qual considerar-se-á automaticamente validado.
3. Sendo comunicada a discordância nos termos do número anterior, será agendada uma reunião de negociação a ter lugar até 3 (três) dias úteis após a comunicação de desacordo. No final da reunião o auto de medição será validado por ambas as Partes.
4. O pagamento será efetuado em prestações mensais. Por cada prestação deverá ser emitida uma única fatura, correspondente aos serviços efetivamente prestados.
5. O valor do pagamento de cada prestação mensal será apurado de acordo com o previsto no n.º 2 da Cláusula 3.ª e após validação dos respetivos autos de medição pelo contraente público, nos termos do disposto nos n.ºs 1 a 3 da presente Cláusula.
6. O prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da fatura, acompanhadas dos respetivos autos de medição devidamente validados e com aceitação e parecer favorável do contraente público.
7. As faturas são emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25 – 8.º Piso, Bloco A, 1749 - 099 Lisboa, delas constando obrigatoriamente o Número de Compromisso, sob pena de devolução das mesmas.

Cláusula 10.ª – Sigilo e Proteção de dados

1. O cocontratante garante o sigilo quanto a informações que o seu pessoal venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade do contraente público.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes e ainda todos os assuntos ou conteúdo de documentos que, por força de disposição legal, tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.
4. O cocontratante não pode utilizar para outras finalidades a informação produzida no âmbito da execução das prestações a que se obriga por via do presente caderno de encargos, sem autorização expressa e prévia do contraente público.



5. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 02 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
6. A cocontratante obriga-se a garantir a confidencialidade dos dados pessoais e informação privada ou legalmente protegida dos alunos, ao abrigo do Regulamento Geral da Proteção de Dados (Regulamento – UE 2016/579-PE/C de 2016/04/27) e demais legislação em vigor.

Cláusula 11.ª – Subcontratação e Cessão da posição contratual

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação no decurso da execução do contrato carecem de autorização do Município de Lisboa.
2. Para efeitos de autorização prevista no número anterior, o cocontratante apresenta uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da cessão e da subcontratação no próprio contrato, nos termos do disposto no artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, respetivamente.
3. Nos casos de subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.
4. A cessão da posição contratual pelo contraente público, só pode ser recusada, pelo cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 12.ª - Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante deverá, caso o contraente assim o entenda, ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpelará, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.



5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante, depois da notificação referida no número anterior, apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 13.ª – Sanções contratuais

1. O incumprimento das obrigações contratuais pela Cocontratante, por facto que lhe seja imputável, pode dar lugar à aplicação de sanções pecuniárias, a deduzir nas faturas e respetivos pagamentos subsequentes, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, com os limites previstos no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
3. Para efeitos dos números anteriores, constituem situações de incumprimento designadamente:
 - a) A não prestação do serviço por falta de autocarro;
 - b) O(s) autocarro(s) utilizado(s) não respeita(m) a capacidade prevista no n.º 3 da Cláusula 2ª do presente caderno de encargos;
 - c) O(s) autocarro(s) utilizado(s) não respeita(m) o mínimo de classe de emissões Euro V, referida no nº 2 da Cláusula 6ª do presente caderno de encargos;
 - d) A não colocação de cintos de segurança com três pontos de fixação e/ou de sistemas de retenção (vulgo cadeiras) referida no nº 2 da Cláusula 6ª do presente caderno de encargos;
 - e) A não afixação dos painéis amovíveis identificadores do serviço nos autocarros, de acordo com o Anexo I – Decoração dos Veículos referido no nº 2 da Cláusula 6ª do presente caderno de encargos;
 - f) A não prestação do serviço em um ou mais dos pontos de recolha indicados;
 - g) A falta de vigilante(s);



- h) O incumprimento dos horários de chegada / partida, estipulados no n.º 4 da Cláusula 2.ª do presente caderno de encargos;
 - i) Largar a criança na paragem/ponto de recolha, sem a presença do encarregado de educação ou alguém autorizado por este;
 - j) O comportamento e/ou linguagem inadequada dos condutores ou vigilantes;
 - k) O mau estado de conservação do autocarro e/ou falta de limpeza/higiene;
 - l) A ausência dos registos diários de presença/ausência dos alunos;
 - m) O desrespeito pelos locais de paragem pré-definidos.
4. Verificada alguma das situações previstas nas alíneas a), d) e i) do número anterior, o contraente público poderá aplicar uma sanção pecuniária no valor de 200 % do preço unitário do autocarro/dia, por cada infração.
5. Verificada alguma das situações previstas nas alíneas b), c), e), f) g), h), j) e k) do número 3 da presente cláusula, o contraente público poderá aplicar uma sanção pecuniária no valor de 150% do preço unitário do autocarro/dia, por cada infração.
6. Verificada alguma das situações previstas nas alíneas l) e m) do número 3 da presente cláusula, o contraente público poderá aplicar uma sanção pecuniária no valor de 100 % do preço unitário do autocarro /dia, por cada infração.
7. Por violação de obrigações contratuais não especificadas na presente cláusula, o contraente público poderá aplicar uma sanção pecuniária no valor máximo de 100% do preço unitário do autocarro /dia.
8. As sanções previstas na presente cláusula serão aplicadas cumulativamente.
9. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula só serão aplicadas após audiência do cocontratante e não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.ª – Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao cocontratante, nem é considerada como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagem, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins ou determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:



- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais, de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior comunica e justifica tais situações à outra Parte, bem como informa o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. A força maior ou a ocorrência de casos fortuitos determinam a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento daquelas resultantes.

Cláusula 15.ª – Cessação por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar grave ou reiteradamente qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual, designadamente, no caso de incumprimento definitivo do contrato.
2. Para efeitos do número anterior, entende-se por incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao cocontratante, designadamente:
 - a) A não prestação do serviço por falta de autocarro por mais de 3 (três) dias seguidos ou 5 (cinco) dias interpolados;
 - b) O atraso na chegada à escola ou a locais de atividades, por mais de 10 (dez) dias seguidos ou 20 (vinte) dias interpolados;
 - c) A não prestação do serviço em um ou mais pontos de recolha por mais de 10 (dez) dias seguidos ou 20 (vinte) dias interpolados;
 - d) A verificação de 6 (seis) ou mais infrações por falta de vigilante;



- e) A verificação de 6 (seis) ou mais infrações às regras de segurança.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante via postal, por meio de carta registada com aviso de receção, ou por via de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados com comprovativo de entrega.
 4. O exercício do direito de resolução não prejudica a aplicação cumulativa das sanções pecuniárias a que haja lugar nem o direito à indemnização que caiba ao contraente público, nos termos gerais de direito.
 5. O contraente público pode denunciar o contrato mediante prévia comunicação escrita ao cocontratante, com a antecedência mínima de 1 (um) ano.

Cláusula 16.ª - Cessação por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Salvo os casos previstos no n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução é exercido por via judicial.

Cláusula 17.ª – Revisão de preços

Haverá lugar a atualização dos preços unitários, em junho de 2020 e de 2021 e resultará da aplicação da seguinte fórmula a cada um deles:

$$PUA = PUC \times CA$$

Sendo que,

PUA = preço unitário atualizado que vigorará durante o respetivo ano letivo.

PUC = preço unitário contratado.

CA = Coeficiente correspondente à variação média do índice de preços no consumidor (continente) dos últimos 12 meses reportada ao mês de abril.



Cláusula 18.ª – Execução, reforço e liberação da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.ª – Seguros

É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro em vigor, de todos os riscos inerentes à atividade e regulados pela respetiva legislação, nomeadamente responsabilidade civil, seguro multirriscos e/ou de incêndio, bem como de acidentes de trabalho do respetivo pessoal.

Cláusula 20.ª – Comunicações e Notificações

1. As notificações e comunicações entre as partes do contrato devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do Código dos Contratos Públicos, por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo, para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato e uma das seguintes vias:
 - a) Por correio eletrónico;
 - a. Contraente público: DE/DASE – de.dase@cm-lisboa.pt.
 - b. Cocontratante: a indicar no contrato.
 - b) Por carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito, só sendo válida para os efeitos consagrados no contrato a partir do 5.º dia útil seguinte ao da sua receção.
3. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico e o endereço postal.



Cláusula 21.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) A contagem dos prazos inicia-se no dia seguinte à ocorrência do evento a partir do qual deve ser contado.
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.
- c) Quando o último dia de um prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços do contraente público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 22.ª – Gestor do contrato

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos o contraente público designará um Gestor do Contrato, com a função de acompanhamento permanente da execução do contrato.

Cláusula 23.ª – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 24.ª – Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

ANEXO I – Decoração dos Veículos

Decoração dos veículos com painéis amovíveis



Despesas inerentes à caracterização dos veículos são por conta do cocontratante, sendo que o contraente público fornecerá as imagens em formato digital.

Dimensões:

2 Painéis laterais com 240 cm x 75 cm cada

1 Pannel traseiro com 160 cm x 50 cm



ANEXO II - Auto de Medição Mensal

Mês:			Ano:	
	Tipo de autocarro e número utilizado por dia			
	Serviço regular		Serviço ocasional	
Dias do mês	Nº de Autocarros com 27 a 33 lugares para crianças + 2 para adultos*		Nº de Autocarros com mínimo de 47 lugares para crianças + 2 para adultos*	
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				

* Para além do lugar do motorista.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram deliberados na Reunião de Câmara de 11 de abril de 2019, os votos de pesar, as moções, o voto de saudação, o voto de louvor e as propostas a seguir discriminados, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Voto de Pesar n.º 11/2019 (Subscrito pelos Srs. Vereadores do PPD/PSD)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Zeca Mendonça, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 12/2019 (Subscrito pelos Srs. Vereadores do CDS/PP)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Pedro Lourenço, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Moção n.º 20/2019 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do PPD/PSD)

Aprovar a Moção "Voto de Saudação pelo 70.º Aniversário da OTAN", nos termos da moção;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	12 (6PS, 1Ind., 4CDS/PP e 1PPD/PSD)	4 (1Ind., 2PCP e 1BE)	0



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 209/2019 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar a metodologia de abertura de procedimentos concursais para provimento dos cargos dirigentes dos Serviços do Município de Lisboa, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 210/2019 (Subscrita pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Vereadores Catarina Vaz Pinto e Manuel Salgado)

Aprovar submeter a consulta pública a proposta de reconhecimento e distinção como “Lojas com História” de nove estabelecimentos e duas oficinas de manufatura, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 162/2019 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Grilo)

Aprovar submeter à autorização da Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do Concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia “Aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da Cidade de Lisboa”, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 885/2018 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Grilo)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a revogação parcial da Deliberação n.º 324/AML/2018, de 17 de julho de 2018, na parte em que aprovou a celebração de contrato de delegação de competências, no âmbito do Projeto das Refeições Escolares Saudáveis, entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Lumiar, respetiva minuta de contrato e afetação de recursos financeiros, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (5PS, 2Ind., 2PPD/PSD e 1BE)	0	6 (4CDS/PP e 2PCP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 240/2019 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Grilo)

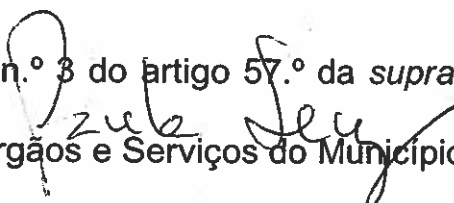
Aprovar a transferência de verba para a Associação para a Integração e o Apoio ao Deficiente Jovem e Adulto – Elo Social, ao abrigo do Programa de Apoio à Mobilidade, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 241/2019 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do CDS/PP)

Aprovar o início do procedimento de elaboração de Regulamento Municipal de Reconhecimento e Proteção de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local, para efeitos de participação de eventuais interessados, nos termos da proposta;

Rejeitada com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	6 (4CDS/PP e 2PPD/PSD)	10 (6PS, 2Ind., 1PCP e 1BE)	0

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da *supra* citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, eu, , Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, aos 11 de abril de 2019

O Presidente

Fernando Medina

PROPOSTA N.º 162/2019 - APROVAR SUBMETER À AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA "AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO BÁSICO E AS CRIANÇAS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE LISBOA", NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 33, a Proposta 162/2019. Esta proposta já está com aquela alínea que se introduziu? Que se solicitou?

Sr. Vereador João Pedro Costa, podemos votar? Sim, sim.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Sr. Presidente, relativamente a esta proposta gostaria só que clarificasse, relativamente à proposta, ao ponto 33 da agenda, o que é que foi introduzido? Ou seja, porque na última reunião de Câmara, houve aqui uma discussão que tinha a ver com o mais ou menos empenhamento por parte da empresa, porque a resolução daquele mesmo contrato poderia ser feito, se não me falha a memória, com um prazo de 30 dias, ou se não era 30 dias, corrija-me que posso estar errado. E portanto isso levaria a que empresa ficasse ali numa situação de não saber, e não ter a perspectiva daquilo que seria a duração do próprio contrato e, portanto por via disso não faria, se calhar os investimentos necessários por forma a assegurar a tal comodidade, etc., por aí fora. E portanto até foi uma questão suscitada por várias forças políticas. Era só importante perceber, peço desculpa, que não, não, na verdade não, não tivemos o tempo, se calhar de olhar para esse detalhe da tal alteração que clarificasse esse ponto.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Bom, a alteração foi pedida por mim, no sentido de assegurar que nós tínhamos a faculdade e a prerrogativa, tal como temos nas refeições escolares, de poder fazer a rescisão de um contrato, não nos 3 anos, mas antes, por termos outra solução diferente, nomeadamente no âmbito da Carris, que venhamos a desenvolver, não sei exatamente qual foi a redação que ficou.

(Diálogos fora do microfone)

O Sr. Vereador João Pedro Costa: - Na cláusula 15.^a no caderno de encargos, o n.º 5 estabelece que, *“o contraente público pode denunciar o contrato mediante prévia comunicação, prévia comunicação escrita, o qual contratante com antecedência mínima de um período letivo”*, de um período letivo, no sentido de adequar depois ao calendário escolar.

Na cláusula 16.^a, n.º 5 colocámos também a contraparte, a contrapartida *“o qual, contratante pode denunciar o contrato mediante prévia comunicação escrita ao contraente público com antecedência mínima de um período letivo”*, como é evidente.

O Sr. Presidente: - Peço desculpa qual é a última? A segunda versão, a segunda cláusula?

O Sr. Vereador João Pedro Costa: - Cláusula 16.^a n.º 5, à 15.^a, n.º 5, em relação ao contraente público. E depois a cláusula 16.^a n.º 5, *“o qual contratante pode igualmente denunciar o contrato mediante prévia comunicação escrita ao contraente público com antecedência mínima de um período letivo”*.

O Sr. Presidente: - Pois, sim, Sr. Vereador, vamos lá ver, essa 2.^a parte não me parece exequível. Porque não há paralelismo, é porque se há uma denúncia do contrato, nós temos que lançar um concurso. E nós no período de lançamento do concurso só os procedimentos de concurso são superiores ao prazo que está estabelecido do período letivo...

O Sr. Vereador João Pedro Costa: - Disse, perdão?

O Sr. Presidente: - Isto não pode ser assim, aliás, essa cláusula sobre a parte privada deve ser retirada. Sobre a parte do direito público, eu acho que seria talvez mais avisado não fazer um período letivo, mas eu acho que podíamos pôr 2 períodos, ou um período de 6 meses. Parece-me. É que como o contrato é de 3. Também se for com a antecedência de um ano, não me parece ..., parece-me talvez mais prudente. Sim, eu acho que se ficar de um ano letivo como um direito público, e não existir essa contraparte do direito privado. O direito à contraparte privada ter esse direito, não deve existir no contrato. A da pública pode ser, podemos dar um prazo maior para a exercer, pode ser um ano letivo, também não, nós não...

(Diálogos fora do microfone)

O Sr. Presidente (Cont.): - ...eu não sei como é que está feita a redação do contrato, mas está por períodos letivos. Então pode ser, pode ficar; *“tem que comunicar até, tem até ao final do ano”* ...

(Diálogos fora do microfone)

O Sr. Presidente (Cont.): - ...pode ficar, *“até ao 1º trimestre do ano letivo”, “no 1º trimestre do ano letivo pode comunicar a não existência para o ano letivo seguinte”*...

(Diálogos fora do microfone)

O Sr. Presidente (Cont.): - ...e pode, pode ser, *“com a antecedência mínima de um ano.”*

(Diálogo2 fora do microfone)

O Sr. Presidente (Cont.): - ...Pode ser, também pode ser. *“Com a antecedência mínima de um ano”*. Fica esse ditado para a Ata, estas alterações, os juristas agora tratam da alteração, está bem?

O Sr. Vereador João Pedro Costa: - Só dar nota que, e estando de acordo com a possibilidade da Câmara poder a certa altura querer ser ela a prestar o serviço, deixar em aberto qualquer possibilidade de que é sempre uma situação de alguma precaridade para quem venha fornecer o serviço. E portanto, é natural que investimentos que têm sempre de ter alguma perspetiva no tempo que é comprar, por exemplo, autocarros novos, não é? Que se calhar, não venham a ser feitos, e portanto para que o serviço possa venha a não ser tão bem prestado como seria se houvesse outra segurança jurídica para o particular, não é?

O Sr. Presidente: - Sim, mas creio que a compra de autocarros novos não é um requisito de concurso. Aliás, isso não era um problema de um ano ou de três, era um problema de 7 ou de 10 da amortização, não, não é...

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Sr. Presidente nem se ia começar um contrato e passado uma semana ou duas comunicar a quem estava a operar, *“olhe, daqui a um ano vamos rescindir”*, portanto, quer dizer à partida, eu acho que um ano é equilibrado.

O Sr. Presidente: - Sim, Vereador Jorge Alves.

O Sr. Vereador Jorge Alves: - Sr. Presidente, dizer-lhe que estas alterações correspondem exatamente àquela matéria que nós tínhamos colocado, e portanto registamos de forma positiva que a Câmara possa tomar medidas no sentido de poder criar condições para no futuro ser ela a prestar os serviços. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito bem.

Muito obrigado, Srs. Vereadores vamos então votar o ponto 33, a Proposta n.º 162/2019, com as alterações agora aditadas na reunião.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta n.º 162/2019, a qual foi aprovada por unanimidade.